GÊNERO: UMA CATEGORIA ÚTIL PARA ANÁLISE HISTÓRICA

JOAN SCOTT

TRADUÇÃO: Christine Rufino Dabat

Maria Betânia Ávila

Texto original: Joan Scott – Gender: a useful category of historical analyses. Gender and the politics of history. New York, Columbia University Press. 1989.

Nota das tradutoras: A divulgação desta produção foi devidamente autorizada pela autora, Joan Scott.

Joan Scott é professora da Escola de ciências Sociais do Instituto de altos Estudos de Princeton, Nova Jersey. É especialista na história do movimento operário no século XIX e do feminismo na França. É, sem dúvida, uma das mais importantes teóricas sobre o uso da categoria gênero em história.



GÊNERO: UMA CATEGORIA ÚTIL PARA ANÁLISE HISTÓRICA

JOAN SCOTT

> Gênero: categoria que indica por meio de desinências uma divisão dos nomes baseada em critérios tais como sexo e associações psicológicas. Há gêneros masculino, feminino e neutro. (Dicionário Aurélio Buarque de Holanda).

Os que se propõem a codificar os sentidos das palavras lutam por uma causa perdida, porque as palavras, como as idéias e as coisas que elas significam, têm uma história. Nem os professores da Oxford nem a academia Francesa foram inteiramente capazes de controlar a maré, de captar e fixar os sentidos livres do jogo da invenção e da imaginação humana. Mary Wortley Montagu acrescentava a ironia à sua denúncia do “belo sexo” (“meu único consolo em pertencer a este gênero é ter certeza de que nunca vou me casar com uma delas”) fazendo uso, deliberadamente errado, da referência gramatical (1). Ao longo dos séculos, as pessoas utilizaram de forma figurada os termos gramaticais para evocar traços de caráter ou traços sexuais. Por exemplo, a utilização proposta pelo Dicionário da Língua Francesa de 1876, era: “Não se sabe qual é o seu gênero, se é macho ou fêmea, fala-se de um homem muito retraído, cujos sentimentos são desconhecidos” (2). E Gladstone fazia esta distinção em 1878: “Atena não tinha nada do sexo, a não ser gênero, nada de mulher a não ser forma” (3). Mais recentemente – recentemente demais para que possa encontrar seu caminho nos dicionários ou na enciclopédia das ciências sociais – as feministas começaram a utilizar a palavra “gênero” mais seriamente, no sentido mais literal, como uma maneira de referir-se à organização social da relação entre os sexos. A relação com a gramática é ao mesmo tempo explícita e cheia de possibilidades inexploradas. Explícita, porque o uso gramatical implica em regras formais que decorrem da designação de masculino ou feminino; cheia de possibilidades inexploradas, porque em vários idiomas indoeuropeus existe uma terceira categoria – o sexo

indefinido ou neutro. Na gramática, gênero é compreendido como um meio de classificar fenômenos, um sistema de distinções socialmente acordado mais do que uma descrição objetiva de traços inerentes. Além disso, as classificações sugerem uma relação entre categorias que permite distinções ou agrupamentos separados.

No seu uso mais recente, o “gênero” parece ter aparecido primeiro entre as feministas americanas que queriam insistir no caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. A palavra indicava uma rejeição ao determinismo biológico implícito no uso de termos como “sexo” ou “diferença sexual”. O gênero sublinhava também o aspecto relacional das definições normativas das feminilidades. As que estavam mais preocupadas com o fato de que a produção dos estudos femininos centrava-se sobre as mulheres de forma muito estreita e isolada, utilizaram o termo “gênero” para introduzir uma noção relacional no nosso vocabulário analítico. Segundo esta opinião, as mulheres e os homens eram definidos em termos recíprocos e nenhuma compreensão de qualquer um poderia existir através de estudo inteiramente separado. Assim, Nathalie Davis dizia em 1975: “Eu acho que deveríamos nos interessar pela história tanto dos homens quanto das mulheres, e que não deveríamos trabalhar unicamente sobre o sexo oprimido, do mesmo jeito que um historiador das classes não pode fixar seu olhar unicamente sobre os camponeses. Nosso objetivo é entender a importância dos sexos dos grupos de gênero no passado histórico. Nosso objetivo é descobrir a amplitude dos papéis sexuais e do simbolismo sexual nas várias sociedades e épocas, achar qual o seu sentido e como funcionavam para manter a ordem social e para mudá-la” (4).

Ademais, e talvez o mais importante, o “gênero” era um termo proposto por aquelas que defendiam que a pesquisa sobre mulheres transformaria fundamentalmente os paradigmas no seio de cada disciplina. As pesquisadoras feministas assinalaram muito cedo que o estudo das mulheres acrescentaria não só novos temas como também iria impor uma reavaliação crítica das premissas e critérios do trabalho científico existente. “Aprendemos”, escreviam três historiadoras feministas, “que inscrever as mulheres na história implica necessariamente a redefinição e o alargamento das noções tradicionais

do que é historicamente importante, para incluir tanto a experiência pessoal e subjetiva quanto as atividades públicas e políticas. Não é exagerado dizer que por mais hesitante que sejam os princípios reais de hoje, tal metodologia implica não só em uma nova história das mulheres, mas em uma nova história" (5). A maneira como esta nova história iria simultaneamente incluir e apresentar a experiência das mulheres dependeria da maneira como o gênero poderia ser desenvolvido como uma categoria de análise. Aqui as analogias com a classe e a raça eram explícitas; com efeito, as(os) pesquisadoras(es) de estudos sobre a mulher que tinham uma visão política mais global, recorriam regularmente a essas três categorias para escrever uma nova história (6). O interesse pelas categorias de classe, de raça e de gênero assinalavam primeiro o compromisso do (a) pesquisador(a) com a história que incluía a fala dos(as) oprimidos(as) e com uma análise do sentido e da natureza de sua opressão: assinalava também que esses(as) pesquisadores(as) levavam cientificamente em consideração o fato de que as desigualdades de poder estão organizadas segundo, no mínimo, estes três eixos.

A ladainha "classe, raça e gênero" sugere uma paridade entre os três termos que na realidade não existe. Enquanto a categoria de "classe" está baseada na teoria complexa de Marx (e seus desenvolvimentos posteriores) da determinação econômica e da mudança histórica, as de "raça" e de "gênero" não veiculam tais associações. Não há unanimidade entre os(as) que utilizam os conceitos de classe. Alguns(mas) pesquisadores(as) utilizam a noção de Weber, outros(as) utilizam a classe como uma fórmula heurística temporária. Além disso, quando mencionamos a "classe", trabalhamos com ou contra uma série de definições que no caso do Marxismo implica uma idéia de causalidade econômica e uma visão do caminho pelo qual a história avançou dialeticamente. Não existe este tipo de clareza ou coerência nem para a categoria de "raça" nem para a de "gênero". No caso de "gênero", o seu uso comporta um elenco tanto de posições teóricas, quanto de simples referências descritivas às relações entre os sexos.

Entretanto, as(os) historiadoras(es) feministas, que como a maioria dos(as) historiadores(as) são formados para ficar mais à vontade com descrição do que com teoria, tentaram cada vez mais buscar formulações

teóricas utilizáveis. Eles(as) fizeram isso pelo menos por duas razões. Primeiro porque a proliferação de estudos de caso na história das mulheres parece exigir uma perspectiva sintética que possa explicar as continuidades e descontinuidades e dar conta das desigualdades persistentes, mas também das experiências sociais radicalmente diferentes. Depois porque a defasagem entre a alta qualidade dos trabalhos recentes da história das mulheres e seu estatuto que permanece marginal em relação ao conjunto da disciplina (que pode ser medida pelos manuais, programas universitários e monografias), mostram os limites das abordagens descritivas que não questionam os conceitos dominantes no seio da disciplina ou pelo menos não os questionam de forma a abalar o seu poder e talvez transforma-los. Não foi suficiente para os(as) historiadores(as) das mulheres provar ou que as mulheres tiveram uma história ou que as mulheres participaram das mudanças políticas principais da civilização ocidental. No que diz respeito à história das mulheres, a reação da maioria dos(as) historiadores(as) não feministas foi o reconhecimento da história das mulheres para depois descartá-la ou colocá-la em um domínio separado ("as mulheres têm uma história separada da dos homens, portanto deixemos as feministas fazer a história das mulheres, que não nos concerne necessariamente" ou "a história das mulheres trata do sexo e da família e deveria ser feita separadamente da história política e econômica"). No que diz respeito à participação das mulheres na história e a reação foi um interesse mínimo no melhor dos casos ("minha compreensão da Revolução Francesa não mudou quando eu descobri que as mulheres participaram dela"). O desafio lançado por este tipo de reações é, em última análise, um desafio teórico. Ele exige a análise não só da relação entre experiências masculinas e femininas no passado, mas também a ligação entre a história do passado e as práticas históricas atuais. Como é que o gênero funciona nas relações sociais humanas? Como é que o gênero dá um sentido à organização e à percepção do conhecimento histórico? As respostas dependem do gênero como categoria de análise.

I

Na sua maioria, as tentativas das(os) historiadoras(es) de teorizar sobre gênero não fugiram dos quadros tradicionais das ciências sociais:

elas(es) utilizaram as formulações antigas que propõem explicações causais universais. Estas teorias tiveram, no melhor dos casos, um caráter limitado porque elas tendem a incluir generalizações redutoras ou simples demais: estas minam não só o sentido da complexidade da causalidade social tal qual proposta pela história como disciplina, mas também o engajamento feminista na elaboração de análises que levam à mudança. Um exame crítico destas teorias mostrará os seus limites e permitirá propor uma abordagem alternativa(7).

As abordagens utilizadas pela maioria dos(as) historiadores(as) se dividem em duas categorias distintas. A primeira é essencialmente descritiva, isto é, ela se refere à existência de fenômenos ou realidades sem interpretar, explicar ou atribuir uma causalidade. O segundo uso é de ordem causal, ele elabora teorias sobre a natureza dos fenômenos e das realidades, buscando entender como e porque aqueles tomam a forma que eles têm.

No seu uso recente mais simples, "gênero" é sinônimo de "mulheres". Livros e artigos de todo o tipo, que tinham como tema a história das mulheres substituíram durante os últimos anos nos seus títulos o termo de "mulheres" pelo termo de "gênero". Em alguns casos, este uso, ainda que referindo-se vagamente a certos conceitos analíticos, trata realmente da aceitabilidade política desse campo de pesquisa. Nessas circunstâncias, o uso do termo "gênero" visa indicar a erudição e a seriedade de um trabalho porque "gênero" tem uma conotação mais objetiva e neutra do que "mulheres". O gênero parece integrar-se na terminologia científica das ciências sociais e, por conseqüência, dissociar-se da política – (pretensamente escandalosa) – do feminismo. Neste uso, o termo gênero não implica necessariamente na tomada de posição sobre a desigualdade ou o poder, nem mesmo designa a parte lesada (e até agora invisível). Enquanto o termo "história das mulheres" revela a sua posição política ao afirmar (contrariamente às práticas habituais), que as mulheres são sujeitos históricos legítimos, o "gênero" inclui as mulheres sem as nomear, e parece assim não se constituir em uma ameaça crítica. Este uso do "gênero" é um aspecto que a gente poderia chamar de procura de uma legitimidade acadêmica pelos estudos feministas nos anos 1980.

Mas isso é só um aspecto. “Gênero”, como substituto de “mulheres”, é igualmente utilizado para sugerir que a informação a respeito das mulheres é necessariamente informação sobre os homens, que um implica no estudo do outro. Este uso insiste na idéia de que o mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens, que ele é criado dentro e por esse mundo. Esse uso rejeita a validade interpretativa da idéia das esferas separadas e defende que estudar as mulheres de forma separada perpetua o mito de que uma esfera, a experiência de um sexo, tem muito pouco ou nada a ver com o outro sexo. Ademais, o gênero é igualmente utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. O seu uso rejeita explicitamente as justificativas biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum para várias formas de subordinação no fato de que as mulheres têm filhos e que os homens têm uma força muscular superior. O gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar as “construções sociais” – a criação inteiramente social das idéias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. O gênero é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado (8). Com a proliferação dos estudos do sexo e da sexualidade, o gênero se tornou uma palavra particularmente útil, porque ele oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis atribuídos às mulheres e aos homens. Apesar do fato dos(as) pesquisadores(as) reconhecerem as relações entre o sexo e (o que os sociólogos da família chamaram) “os papéis sexuais”, estes(as) não colocam entre os dois uma relação simples ou direta. O uso do “gênero” coloca a ênfase sobre todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas que não é diretamente determinado pelo sexo nem determina diretamente a sexualidade.

Esses usos descritivos do gênero foram utilizados pelos(as) historiadores(as) na maioria dos casos, para mapear um novo terreno. Na medida em que os(as) historiadores(as) sociais se voltavam para novos temas de estudo, o gênero dizia respeito apenas a temas como as mulheres, as crianças, as famílias e as ideologias do gênero. Em outros termos, esse uso do gênero só se refere aos domínios – tanto estruturais quanto ideológicos – que implicam em relações entre os sexos. Porque na aparência a guerra, a

diplomacia e a alta política não têm explicitamente a ver com essas relações. O gênero parece não se aplicar a esses objetivos e, portanto, continua irrelevante para a reflexão dos(as) historiadores(as) que trabalham sobre o político e o poder. Isso tem como resultado a adesão a certa visão funcionalista baseada, em última análise, sobre a biologia e a perpetuação da idéia das esferas separadas na escritura da história (a sexualidade ou a política, a família ou a nação, as mulheres ou os homens). Mesmo se nesse uso o termo “gênero” afirma que as relações entre os sexos são sociais, ele não diz nada sobre as razões pelas quais essas relações são construídas como são; ele não diz como elas funcionam ou como elas mudam. No seu uso descritivo o “gênero” é portanto um conceito associado ao estudo das coisas relativas às mulheres. O “gênero” é um novo tema, novo campo de pesquisas históricas, mas ele não tem a força de análise suficiente para interrogar (e mudar) os paradigmas históricos existentes.

Alguns(mas) historiadores(as) estavam, naturalmente, conscientes desse problema; daí os esforços para empregar teorias que possam explicar o conceito de gênero e explicar a mudança histórica. De fato o desafio é a reconciliação da teoria, que era concebida em termos gerais ou universais, com a história que estava tratando do estudo de contextos específicos e da mudança fundamental. O resultado foi muito eclético: empréstimos parciais que enviesam a força de análise de uma teoria particular, ou pior, que empregam os seus preceitos sem ter consciência das suas implicações; ou então, tentativas para esclarecer a mudança, porque elas se embasam nas teorias universais e só conseguem mostrar temas imutáveis; ou ainda, estudos maravilhosos e cheios de imaginação nos quais a teoria é, entretanto, tão escondida que esses estudos não podem ser utilizados como modelos para outras pesquisas. Como, frequentemente, as teorias que inspiraram os(as) historiadores(as) não foram claramente articuladas em todas as suas implicações, parece digno de interesse empregar algum tempo nesse exame. É unicamente através de tal exercício que se pode avaliar a utilidade dessas teorias e talvez articular uma abordagem teórica mais poderosa.

Os (as) historiadores(as) feministas utilizaram toda uma série de abordagens nas análise do gênero, mas estas podem ser resumidas em três

posições teóricas(9). A primeira, um esforço inteiramente feminista que tenta explicar as origens do patriarcado. A segunda se situa no seio de uma tradição marxista e procura um compromisso com as críticas feministas. A terceira, fundamentalmente dividida entre o pós-estruturalismo francês e as teorias anglo-americanas das relações de objeto, inspira-se nas várias escolas de psicanálise para explicar a produção e a reprodução da identidade de gênero do sujeito.

As teóricas do patriarcado concentraram sua atenção na subordinação das mulheres e encontraram a explicação na "necessidade" do macho dominar as mulheres. Na adaptação engenhosa de Hegel, Mary O'Brien, define a dominação masculina como um efeito do desejo dos homens de transceder a sua privação dos meios de reprodução da espécie. O princípio da continuidade de geração restitui a primazia da paternidade e obscurece o labor real e a realidade social do trabalho das mulheres no parto. A fonte da libertação das mulheres se encontra "numa compreensão adequada do processo de reprodução", numa avaliação das contradições entre a natureza do trabalho reprodutivo das mulheres e a mistificação ideológica (masculina) deste (10). Para Sulamith Firestone, a reprodução era também aquela "amarga armadilha" para as mulheres. Entretanto, na sua análise mais materialista, a libertação das mulheres viria das transformações da tecnologia de reprodução, que poderia no futuro próximo eliminar a necessidade do corpo das mulheres como agentes de reprodução da espécie (11).

Se a reprodução era a chave do patriarcado para algumas, para outras a resposta se encontrava na sexualidade em si. As formulações audaciosas de Catherine Mackinnon são criações próprias, mas ao mesmo tempo são características de certa abordagem. "A sexualidade é para o feminismo o que o trabalho é para o marxismo: o que nos pertence mais e, no entanto, nos é mais alienado". "A reificação sexual é o processo primário da sujeição das mulheres. Ele alia o ato à palavra, a construção à expressão, a percepção à coerção, o mito à realidade. "O homem come a mulher: sujeito, verbo, objeto"(12). Continuando a sua analogia com Marx, MacKinnon propôs como método de análise feminista, no lugar do materialismo dialético, os grupos de consciência. Expressando a experiência comum de reificação, dizia

ela, as mulheres são levadas a compreender a sua identidade comum e são levadas para a ação política. Na análise de MacKinnon, apesar do fato de que as relações sexuais sejam definidas como sociais, não tem nada – fora a inerente desigualdade de relação sexual em si – que possa explicar porque o sistema de poder funciona assim. A fonte das relações desiguais entre os sexos é, afinal de contas, as relações desiguais entre os sexos. Apesar dela afirmar que a desigualdade – que tem as suas origens na sexualidade – está integrada em "todo o sistema de relações sociais", ela não explica como esse sistema funciona (13).

As teóricas do patriarcado questionaram a desigualdade entre homens e mulheres de várias maneiras importantes, mas para os(as) historiadores(as) as suas teorias colocam alguns problemas. Primeiro, enquanto estas propõem uma análise interna ao sistema de gênero, afirmam igualmente a primazia desse sistema em relação à organização social no seu conjunto. Mas as teorias do patriarcado não explicam o que é que a desigualdade de gênero tem a ver com as outras desigualdades. Segundo, que a dominação venha na forma da apropriação masculina do labor reprodutivo da mulher, ou que ela venha pela reificação sexual das mulheres pelos homens, a análise baseia-se na diferença física. Toda a diferença física tem um caráter universal e imutável mesmo quando as teóricas do patriarcado levam em consideração a existência de mudanças nas formas e nos sistemas de desigualdade no gênero (14). Uma teoria que se baseia na variável única da diferença física é problemática para os(as) historiadores(as): ela pressupõe um sentido coerente ou inerente ao corpo humano – fora qualquer construção sócio-cultural – e portanto, a não historicidade do gênero em si. De certo ponto de vista, a história se torna um epifenômeno que oferece variações intermináveis sobre o tema imutável de uma desigualdade de gênero fixa.

As feministas marxistas têm uma abordagem mais histórica, já que elas são guiadas por uma teoria da história. Mas quaisquer que sejam as variações e as adaptações, o fato de que elas se impõem a exigência de encontrar uma explicação "material" para o gênero limitou ou pelo menos atrasou o desenvolvimento de novas direções de análise. No caso em que se propõe uma solução baseada no duplo sistema (composto de dois domínios: o

patriarcado e o capitalismo, que são separados, mas em interação), como no caso em que a análise desenvolvida se refere mais estritamente aos debates marxistas ortodoxos sobre os modos de produção, a explicação das origens e das transformações de sistemas de gêneros se encontra fora da divisão sexual do trabalho. Afinal de contas, famílias, lares e sexualidade, são produtos da mudança dos modos de produção. É assim que Engels concluía as suas explorações na Origem da Família (15), é sobre isso que se baseia a análise da economista Heidi Hartmann. Ela insiste sobre a necessidade de considerar o patriarcado e o capitalismo como dois sistemas separados, mas em interação. Porém, na medida em que desenvolve a sua argumentação, a causalidade econômica se torna prioritária e o patriarcado está sempre se desenvolvendo e mudando como uma função das relações de produção (16).

Os primeiros debates entre as feministas marxistas giravam em torno dos mesmos problemas: a rejeição do essencialismo daqueles que defendem que "as exigências da reprodução biológica" determinavam a divisão sexual do trabalho pelo capitalismo; o caráter fútil da integração dos "modos de reprodução" nos debates sobre os modos de produção (que reprodução permanece uma categoria oposta e não tem um estatuto equivalente ao de modo de produção); o reconhecimento que os sistemas econômicos não determinam de forma direta as relações de gênero e que de fato a subordinação das mulheres é anterior ao capitalismo e continua sob o socialismo; a busca, apesar de tudo, de uma explicação materialista que exclua as diferenças físicas e naturais (17). Uma tentativa importante de sair desse círculo vem de Joan Kelly no seu ensaio "A Dupla Visão da Teoria Feminista", onde ela defende que os sistemas econômicos e os sistemas de gênero agiam reciprocamente uns sobre os outros para produzir experiências sociais e históricas; que nenhum dos dois sistemas era casual, mas que ambos "operavam simultaneamente para reproduzir as estruturas sócio-econômicas e as estruturas de dominação masculina de uma ordem social particular". A idéia de Kelly de que os sistemas de "gênero" teriam uma existência independente se constitui numa abertura conceitual decisiva, mas sua vontade de permanecer no quadro marxista levou-a a dar ênfase à causalidade econômica, inclusive no que diz respeito à determinação dos sistemas de gênero. "A

relação entre os sexos ocorre em função de estruturas de gênero" (18). Kelly introduziu a idéia de uma "realidade social baseada no sexo", mas ela tinha tendência a enfatizar o caráter social mais do que o sexual dessa realidade e, muitas vezes, o uso que ela fazia do "social" era concebido em termos de relações econômicas de produção.

A análise da sexualidade, que foi mais longe entre as feministas marxistas americanas se encontra no "Powers of Desire" ("Poderes do Desejo"), um volume de ensaios publicados em 1983 (19). Influenciadas pela importância crescente que é dada pelos militantes políticos e os pesquisadores da sexualidade, pela insistência do filósofo francês Michel Foucault sobre o fato de que a sexualidade é produzida em contextos históricos, pela convicção de que a "revolução sexual" contemporânea exige uma análise séria, os autores centraram suas interrogações sobre a "política da sexualidade". Desta maneira, eles colocaram a questão da causalidade e propuseram uma série de soluções. De fato, o mais tocante nesse volume é a falta de unanimidade analítica e consequente clima de tensão na análise. Se as autoras individuais têm tendência a sublinhar a causalidade dos contextos sociais (que designam freqüentemente o econômico), no entanto, elas sugerem a necessidade de estudar "a estruturação psíquica da identidade de gênero". Se falam às vezes que a "ideologia de gênero" "reflete" as estruturas econômicas e sociais, também reconhece de forma crucial a necessidade de se compreender a "ligação" complexa "entre a sociedade e uma estrutura psíquica persistente" (20). De um lado as responsáveis pela antologia adotam o argumento de Jessica Benjamin, segundo o qual, a política deveria integrar em sua análise a atenção "sobre componentes eróticos e fantasmáticos na vida humana", mas por outra parte, nenhum ensaio além do de Benjamin aborda plenamente ou seriamente as questões teóricas que ela coloca (21). Em vez disso há, sobretudo, um pressuposto tácito que percorre o volume segundo o qual o marxismo poderia ser alargado para incluir as discussões sobre a ideologia, a cultura e a psicologia, e que esse alargamento será efetuado através de pesquisas sobre dados concretos de tal abordagem é que ela evita divergências agudas, e a sua desvantagem é que ela deixa intacta uma teoria

já inteiramente articulada que leva mais uma vez a pensar as relações de sexo baseadas nas relações de produção.

Uma comparação entre as tentativas das feministas marxistas americanas – exploratórias e relativamente abrangentes – e as das suas homólogas inglesas, mais estreitamente ligadas à política de uma tradição marxista forte e viável, revela que as inglesas têm tido mais dificuldades em desafiar os limites de explicações estritamente deterministas. Essa dificuldade se expressa da forma mais espetacular nos recentes debates que foram publicados na New Left Review entre Michele Barret e seus(suas) críticos(as), que a acusavam de abandonar uma análise materialista da divisão sexual do trabalho no capitalismo (22). Ela se expressa também pelo fato de que os pesquisadores que tinham iniciado uma tentativa feminista de reconciliação entre a psicanálise e o marxismo, e que tinham insistido na possibilidade de certa fusão entre os dois, escolham hoje uma ou outra dessas posições teóricas (23). A dificuldade para as feministas inglesas e americanas que trabalham nos quadros do marxismo é aparente nas obras que eu mencionei aqui. O problema com o qual elas se defrontam é o inverso daqueles que a teoria do patriarcado coloca. No interior do marxismo, o conceito de gênero foi por muito tempo tratado como subproduto de estruturas econômicas mutantes: o gênero não tem tido o seu próprio estatuto de análise.

Um exame da teoria psicanalítica exige uma distinção entre as escolas, já que se teve a tendência a classificar as diferenças da abordagem segundo as origens nacionais dos seus fundadores ou da maioria daqueles e daquelas que os aplicam. A Escola Anglo-Americana trabalha com os termos de teorias de relações de objeto “Object Relations-Theory”. Nos Estados Unidos o nome de Nancy Chodorow é o mais associado a essa abordagem. Além disso, o trabalho de Carol Gilligan tem tido um impacto muito grande sobre a produção científica americana, inclusive na área da História. O trabalho de Gilligan inspira-se no trabalho de Chodorow, mesmo se ele enfoca menos a construção Anglo-Americana, a escola Francesa baseia-se nas leituras estruturalistas e pós-estruturalistas de Freud, no contexto das teorias da linguagem (para as feministas a figura central é Jacques Lacan).

As duas escolas se interessam pelos processos através dos quais foi criada a identidade do sujeito; as duas centram o seu interesse nas primeiras etapas do desenvolvimento da criança com o objetivo de encontrar indicações sobre a formação da identidade de gênero. As teóricas das relações de objeto colocam a ênfase sobre a influência da experiência concreta (a criança vê, ouve, têm relações com as pessoas que cuidam dela e, particularmente, naturalmente, com os seus pais), ao passo que os pós-estruturalistas sublinham o papel central da linguagem na comunicação, interpretação e representação de gênero (para os pós-estruturalistas... linguagem não designa unicamente as palavras, mas os sistemas de significação, as ordens simbólicas que antecedem o domínio da palavra propriamente dita, da leitura e da escrita). Outra diferença entre essas duas escolas de pensamento diz respeito ao inconsciente, que par Chodorow é, em última instância, suscetível de compreensão consciente enquanto para Lacan não o é. Para as lacanianas o inconsciente é um fator decisivo na construção do sujeito. Ademais, é o lugar de emergência da divisão sexual e, por essa razão, um lugar de instabilidade constante para o sujeito sexuado.

Nos anos recentes as historiadoras feministas têm sido atraídas por essa teoria, ou porque elas permitem fundamentar conclusões particulares para observações gerais, ou porque elas parecem oferecer uma formulação teórica importante no que diz respeito ao gênero. Cada vez mais, os(as) historiadores(as) que trabalham com o conceito de “cultura feminina” citam as obras de Chodorow e Gilligan como provas e como explicações das suas interpretações; aquelas que têm problemas com a teoria feminista se viram em direção a Lacan. Afinal de contas, nenhuma dessas teorias me parece inteiramente utilizável pelos(as) historiadores(as); um olhar mais atento sobre cada uma delas poderia ajudar a explicar o porquê.

Minhas reticências frente à teoria das relações de objeto provêm do seu literalismo, do fato de que ela faz depender a produção da identidade de gênero e a gênese da mudança, de estruturas de interrelação relativamente pequenas. Tanto a divisão do trabalho na família quanto as tarefas atribuídas a cada um dos pais têm um papel crucial na teoria de Chodorow. O produto do sistema dominante ocidental é uma divisão nítida entre masculino e feminino:

“o sentido feminino do Eu é fundamentalmente ligado ao mundo, o sentido masculino do Eu é fundamentalmente separado do mundo” (24). Segundo Chodorow, se os pais fossem mais envolvidos nos deveres parentais e mais presentes nas situações domésticas os resultados do drama edipiano seriam provavelmente diferentes (25).

Essa interpretação limita o conceito de gênero à esfera da família e à experiência doméstica, e para o(a) historiador(a) ela não deixa meios de ligar esse conceito (nem o indivíduo) com outros sistemas sociais, econômicos, políticos ou de poder. Sem dúvida está implícito que as disposições sociais que exigem que os pais trabalhem e as mães cuidem da maioria das tarefas de criação dos filhos, estruturam a organização da família. Mas a origem dessas disposições sociais não está clara, nem o porquê delas serem articuladas em termos da divisão sexual do trabalho. Não se encontra também nenhuma interrogação sobre o problema da desigualdade em oposição àquele da simetria. Como podemos explicar no seio dessa teoria a associação persistente da masculinidade com o poder e o fato de que os valores mais altos estão investidos na virilidade do que na feminilidade? Como podemos explicar o fato de que as crianças aprender essas associações e avaliações mesmo quando elas vivem fora de lares nucleares ou dentro de lares onde o marido e a mulher dividem as tarefas parentais? Eu acho que não podemos fazer isso sem dar certa atenção aos sistemas de significados, isto é, às maneiras como as sociedades representam o gênero, o utilizam para articular regras de relações sociais ou para construir o sentido da experiência. Sem o sentido, não tem experiência; e sem processo de significação, não tem sentido.

A linguagem é o centro da teoria lacaniana; é a chave de acesso da criança à ordem simbólica. Através da linguagem é construída a identidade de gênero. Segundo Lacan, o falo tem que ser lido de forma metafórica. O drama Edipiano faz com que a criança conheça os termos da interação cultural, já que a ameaça de castração representa o poder, as regras da lei (do pai). A relação da criança com a Lei depende da diferença sexual, da sua identificação imaginária (ou fantasmática) com a masculinidade ou feminilidade. Em outros termos, a imposição das regras da interação social é inerente e especificamente de gênero, já que a relação feminina com o falo é

obrigatoriamente diferente da relação masculina. Mas a identificação de gênero, mesmo quando ela aparece como sendo coerente e fixa, é de fato, extremamente instável. Da mesma forma que os sistemas de significações, as identidades subjetivas são processos de diferenciação e de distinção, que exigem a supressão das ambigüidades e dos elementos opostos a fim de assegurar (de criar a ilusão de) uma coerência e uma compreensão comuns. O princípio de masculinidade baseia-se na repressão necessária dos aspectos femininos – do potencial bissexual do sujeito – e introduz o conflito na oposição entre o masculino e o feminino. Desejos reprimidos são presentes no inconsciente e constituem uma ameaça permanente para a estabilidade da identificação de gênero, negando sua unidade e subvertendo sua necessidade de segurança. Ademais, as idéias conscientes do masculino e do feminino não são fixas, já que elas variam segundo os usos do contexto. Portanto, existe sempre um conflito entre a necessidade que o sujeito tem de uma aparência de totalidade e a imprecisão da terminologia, a relatividade do seu significado e sua dependência em relação à repressão (26). Esse tipo de interpretação torna problemáticas as categorias "homem" e "mulher" sugerindo que o masculino e o feminino não são características inerentes e sim construções subjetivas (ou fictícias). Essa interpretação implica também que o sujeito se encontra num processo constante de construção e oferece um meio sistemático de interpretar o desejo consciente e inconsciente, referindo-se à linguagem como um lugar adequado para a análise. Enquanto tal eu acho instrutiva.

No entanto me incomoda a fixação exclusiva sobre as questões relativas ao sujeito individual e a tendência a reificar como a dimensão principal do gênero, o antagonismo subjetivamente produzido entre homens e mulheres. Ademais, mesmo ficando em aberto a maneira como o "sujeito" é construído, a teoria tende a universalizar as categorias e a relação entre o masculino e o feminino. A conseqüência para os(as) historiadores(as) é uma leitura redutora dos dados do passado. Mesmo se esta teoria leva em consideração as relações sociais, relacionando a castração com a proibição e a lei, ela não permite a introdução de uma noção de especificidade e de variabilidade históricas. O falo é o único significante; o processo de construção do sujeito de gênero é, em última instância, previsível, já que é sempre o mesmo. Se nós

pensarmos a construção da subjetividade em contextos históricos e sociais como sugere a teórica de cinema Teresa de Lauretis, não há meio de precisar estes contextos nos termos propostos por Lacan. De fato, mesmo na tentativa de Lauretis a realidade social (isto é "as relações materiais, econômicas e interpessoais que são de fato sociais, e numa perspectiva mais ampla, históricas") parecem se situar à revelia do sujeito (27). Falta uma maneira de conceber a "realidade social" em termos de gênero.

O problema do antagonismo sexual nessa teoria tem dois aspectos: primeiro, ele projeta certa dimensão eterna, mesmo quando ela tem historicidade como em Sally Alexander. Sua leitura de Lacan a conduziu à conclusão de que o "antagonismo entre os sexos é um aspecto inevitável da aquisição da identidade sexual... Se o antagonismo é sempre latente, é possível que a história não possa oferecer uma solução, mas unicamente a reformulação e reorganização permanente da simbolização da diferença e da divisão sexual do trabalho" (28). Talvez seja o meu otimismo incurável que me deixa cética frente a esta formulação, ou então o fato de que eu ainda não consegui me desfazer da "episteme" que Foucault chamava de Idade Clássica. Seja o que for, a formulação de Alexander contribui para a fixação da opinião binária masculino-feminino, como a única relação possível e como um aspecto permanente da condição humana. Essa perpetua, mais do que coloca em questão, o que Denise Riley chama de "insuportável aparência de eternidade da polaridade sexual". Riley escreve: "o caráter historicamente construído da oposição (entre o masculino e o feminino) produz como um dos seus efeitos, justamente, a aparência de uma oposição invariável e monótona entre homens e mulheres"(29).

É exatamente essa oposição, com todo o seu tédio e sua monotonia que (para voltar aos anglo-saxônicos) é colocada em evidência pelo trabalho de Carol Gilligan. Gilligan explica os diferentes modos de desenvolvimento moral dos meninos e das meninas, em termos de diferenças de "experiências" (de realidade vivida). Não é surpreendente que os(as) historiadores(as) das mulheres tenham retomado suas idéias e as tenham utilizado para explicar as "vozes diferentes" que o seu trabalho lhes havia permitido ouvir. Os problemas com esses empréstimos são diversos e logicamente conectados (30). O

primeiro problema que esse tipo de empréstimo coloca é um deslizamento que acontece freqüentemente na atribuição da causalidade: a argumentação começa com a afirmação do tipo "a experiência das mulheres levam-nas a fazer escolhas morais que dependem dos contextos e das relações", para chegar à: "as mulheres pensam e escolhem esse caminho porque elas são mulheres". Encontramos implicadas nessa abordagem a noção a-histórica, se não essencialista, de mulheres. Gilligan e outros extrapolam sua própria descrição, baseados numa pequena amostra de alunos americanos do fim do século XX para todas as mulheres. Essa extrapolação é evidente, particularmente, mas não exclusivamente, nas discussões da "cultura feminina", levadas por certos(as) historiadores(as) que coletando seus dados desde as santas da Idade Média até as militantes sindicalistas modernas, os utilizam como prova da hipótese de Gilligan que diz que a preferência feminina pelo relacional é universal (31). Esse uso das idéias de Gilligan se coloca em oposição flagrante com as concepções mais complexas e históricas da "cultura feminina", que podemos encontrar no Simpósio de Feminist Studies de 1980 (32). Com efeito, uma comparação dessa série de artigos com as teorias de Gilligan mostra o quanto a sua noção é ahistórica, definindo a categoria mulher/homem como uma oposição binária que se auto-reproduz, estabelecida sempre da mesma forma. Insistindo de forma simplificada nos dados históricos e nos resultados mais heterogêneos sobre o sexo e o raciocínio moral para sublinhar a diferença sexual, as feministas reforçam o tipo de pensamento que elas queriam combater. Apesar do fato de que elas insistem na reavaliação da categoria do "feminino" (Gilligan sugere que as escolhas morais das mulheres poderiam ser mais humanas do que as dos homens) elas não tratam da oposição binária em si mesma.

Precisamos rejeitar o caráter fixo e permanente da oposição binária, precisamos de uma historicização e de uma desconstrução autêntica dos termos da diferença sexual. Temos que ficar mais atentas às distinções entre nosso vocabulário de análise e o material que queremos analisar. Temos que encontrar os meios (mesmo imperfeitos) de submeter, sem parar, as nossas categorias à crítica, nossas análises à autocrítica. Se utilizarmos a definição da desconstrução de Jacques Derrida, esta crítica significa analisar no seu

contexto a maneira como opera qualquer oposição binária, revertendo e deslocando a sua construção hierárquica, em lugar de aceitá-la como real, como óbvia ou como estando na natureza das coisas (33). Em certo sentido as feministas, sem dúvida, só fizeram isto durante anos. A história do pensamento feminista é uma história de recusa da construção hierárquica da relação entre masculino e feminino; nos seus contextos específicos é uma tentativa de reverter ou deslocar seus funcionamentos. Os(as) historiadores(as) feministas estão atualmente em condições de teorizar as suas práticas e de desenvolver o gênero como uma categoria de análise.

II

As preocupações teóricas relativas ao gênero como categoria de análise só apareceram no final do século XX. Elas estão ausentes na maior parte das teorias sociais formuladas desde o século XVIII até o começo do século XX. De fato, algumas dessas teorias construíram a sua lógica sob analogias com a oposição masculino/feminino, outras reconheceram uma "questão feminina", outras ainda preocuparam-se com a formação da identidade sexual subjetiva, mas o gênero, como o meio de falar de sistemas de relações sociais ou entre os sexos, não tinha aparecido. Esta falta poderia explicar em parte a dificuldade que as feministas contemporâneas têm tido de integrar o termo gênero em conjuntos teóricos pré-existentes e em convencer os adeptos de uma ou de outra escola teórica que o gênero faz parte do seu vocabulário. O termo gênero faz parte das tentativas levadas pelas feministas contemporâneas para reivindicar certo campo de definição, para insistir sobre o caráter inadequado das teorias existentes em explicar desigualdades persistentes entre mulheres e homens. A meu ver é significativo que o uso da palavra gênero tenha emergido num momento de grande efervescência que em certos casos toma a forma de uma evolução dos paradigmas científicos em direção a paradigmas literários (da ênfase colocada sobre a causa em direção à ênfase colocada sobre o sentido, misturando os gêneros da pesquisa segundo a formulação do antropólogo Clifford Geertz) (34). Em outros casos, essa evolução toma a forma de debate teórico entre aqueles que afirmam a transparência dos fatos e aqueles que insistem sobre a idéia de que qualquer realidade é interpretada ou construída; entre aqueles que defendem e aqueles

que colocam em questão a idéia de que o “homem” é o senhor racional do seu próprio destino. No espaço aberto por esse debate, do lado da crítica da ciência desenvolvida pelas ciências humanas e da crítica do empiricismo e do humanismo que desenvolvem os pós-estruturalistas, as feministas não só começaram a encontrar uma via teórica própria, como elas também encontraram aliados cientistas e políticos. É nesse espaço que nós devemos articular o gênero como uma categoria de análise.

O que poderiam fazer os(as) historiadores(as) que afinal de contas viram a sua disciplina rejeitada por certos teóricos recentes como uma relíquia do pensamento humanista? Eu não acho que tenhamos que deixar os arquivos ou abandonar o estudo do passado, mas eu acho, em contrapartida, que temos que mudar alguns dos nossos hábitos de trabalho e algumas das questões que colocamos. Temos que examinar atentamente os nossos métodos de análise, clarificar as nossas hipóteses operativas e explicar como pensamos que a mudança se dá. Em lugar de procurar as origens únicas, temos que conceber processos tão ligados entre si que não poderiam ser separados. É evidente que escolhemos problemas concretos para estudar e esses problemas constituem começos ou tomadas sobre processos complexos, mas são processos que temos que ter sempre presentes em mente. Temos que nos perguntar mais freqüentemente como as coisas aconteceram para descobrir porque elas aconteceram. Segundo a formulação de Michelle Rosaldo temos que procurar não uma causalidade geral e universal, mas uma explicação significativa: “Me parece agora que o lugar das mulheres na vida social-humana não é diretamente o produto do que ela faz, mas do sentido que as suas atividades adquirem através da interação social concreta (35)”. Para fazer surgir o sentido temos que tratar do sujeito individual tanto quanto da organização social e articular a natureza das suas interrelações, pois ambos têm uma importância crucial para compreender como funciona o gênero e como se dá a mudança. Enfim, precisamos substituir a noção de que o poder social é unificado, coerente e centralizado por alguma coisa que esteja próxima do conceito foucaultiano de poder, entendido como constelações dispersas de relações desiguais constituídas pelo discurso nos “campos de forças”(36). No seio desses processos e estruturas, tem espaço para um conceito de realização

humana como um esforço (pelo menos parcialmente racional) de construir uma identidade, uma vida, um conjunto de relações, uma sociedade dentro de certos limites e com a linguagem – conceitual – que ao mesmo tempo coloque os limites e contenha a possibilidade de negação, de resistência e de reinterpretação, o jogo de invenção metafórica e de imaginação.

Minha definição de gênero tem duas partes e várias sub-partes. Elas são ligadas entre si, mas deveriam ser analiticamente distintas. O núcleo essencial da definição baseia-se na conexão integral entre duas proposições: o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder. As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre à mudança nas representações de poder, mas a direção da mudança não segue necessariamente um sentido único. Como elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre diferenças percebidas entre os sexos, o gênero implica quatro elementos relacionados entre si: primeiro – símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações múltiplas (freqüentemente contraditórias) – Eva e Maria, como símbolo da mulher, por exemplo, na tradição cristão do Ocidente, mas também mitos da luz e da escuridão, da purificação e da poluição, da inocência e da corrupção. Para os(as) historiadores(as), as questões interessantes são: quais as representações simbólicas evocadas, quais suas modalidades, em que contextos? Segundo – conceitos normativos que colocam em evidência interpretações do sentido dos símbolos que tentam limitar e conter as suas possibilidades metafóricas. Esses conceitos são expressos nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas e tipicamente tomam a forma de uma oposição binária que afirma de forma categórica e sem equívoco o sentido do masculino e do feminino. De fato essas afirmações normativas dependem da rejeição ou da repressão de outras possibilidades alternativas e às vezes têm confrontações abertas ao seu respeito quando e em que circunstâncias, é isto que deveria preocupar os(as) historiadores(as). A posição que emerge como dominante é, apesar de tudo, declarada a única possível. A história posterior é escrita como se essas posições normativas fossem o produto de um consenso social e não de um conflito. Um exemplo desse tipo

de história é fornecido pelo tratamento da ideologia vitoriana da mulher no lar, como se ela fosse criada num bloco só, como se ela só tivesse sido colocada em questão posteriormente, enquanto que ela foi tema permanente de divergências de opinião. Um outro exemplo vem dos grupos religiosos fundamentalistas de hoje que querem necessariamente ligar as suas práticas à restauração do papel "tradicional" das mulheres, supostamente mais autêntico, enquanto que na realidade tem poucos antecedentes históricos que testemunhariam a realização inconteste de um tal papel. O objetivo da nova pesquisa histórica é explodir a noção de fixidade, descobrir a natureza do debate ou da repressão que leva a aparência de uma permanência eterna na representação binária dos gêneros. Esse tipo de análise tem que incluir uma noção do político, tanto quanto uma referência às instituições e organizações sociais. Esse é o terceiro aspecto das relações de gênero.

Alguns(mas) pesquisadores(as), notadamente antropólogos(as) reduziram o uso da categoria de gênero ao sistema de parentesco (fixando o seu olhar sobre o universo doméstico e na família como fundamento da organização social). Precisamos de uma visão mais ampla que inclua não só o parentesco, mas também (em particular, para as sociedades modernas complexas) o mercado de trabalho (um mercado de trabalho sexualmente segregado faz parte do processo de construção do gênero), a educação (as instituições de educação socialmente masculinas, não mistas ou mistas fazem parte do mesmo processo), o sistema político (o sufrágio masculino universal faz parte do processo de construção do gênero). Não tem muito sentido limitar essas instituições à sua utilidade funcional para os sistemas de parentesco, ou sustentar que as relações contemporâneas entre homens e mulheres são produtos de sistemas anteriores de parentesco baseados nas trocas de mulheres (37). O gênero é construído através do parentesco, mas não exclusivamente; ele é construído igualmente na economia, na organização política e, pelo menos na nossa sociedade, opera atualmente de forma amplamente independente do parentesco.

O quarto aspecto do gênero é a identidade subjetiva. Conferências estabelecem distribuições de poder (um controle ou um acesso diferencial aos recursos materiais e simbólicos, o gênero torna-se implicado na concepção e

na construção do poder em si. O antropólogo francês Maurice Godelier formulou isso desta forma: “não é a sexualidade que produz fantasmas na sociedade, mas, sobretudo, a sociedade que fantasma na sexualidade, o corpo. As diferenças entre os corpos que são ligados ao sexo, são constantemente solicitadas para testemunhar as relações e fenômenos sociais que não tem nada a ver com a sexualidade. Não só testemunhar, mas testemunhar a favor, isto é, legitimar” (42).

A função de legitimação do gênero funciona de várias maneiras. Bourdieu, por exemplo, mostrou como em certas culturas a exploração agrícola era organizada segundo conceitos de tempo e de estação que baseavam-se em definições específicas da oposição masculino/feminino. Gayatri Spivak fez uma análise rica das utilizações do gênero e do colonialismo em certos textos de escritoras britânicas e americanas (43), e Natallie Davis mostrou como os conceitos de masculino e feminino eram ligados a percepções e críticas das regras da ordem social no primeiro período da França Moderna (44). A historiadora Caroline Bynum, esclareceu de forma nova a espiritualidade medieval pela ênfase que ela deu às relações entre o conceito do masculino e do feminino e o comportamento religioso. Seu trabalho permite compreender melhor as formas como os conceitos informavam a política das instituições monásticas e dos fiéis individuais (45). Os(as) historiadores(as) da arte abrem novas perspectivas quando decifram as implicações sociais nas representações do homens e das mulheres (46). Essas interpretações estão baseadas na idéia de que as linguagens conceituais empregam a diferenciação para estabelecer o sentido e que a diferença sexual é a forma principal de significar a diferenciação (47). O gênero é, portanto, um meio de decodificar o sentido e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana. Quando os(as) historiadores(as) procuram encontrar as maneiras como o conceito de gênero legitima e constrói as relações sociais, eles/elas começam a compreender a natureza recíproca do gênero e da sociedade e das formas particulares, situadas em contextos específicos, como a política constrói o gênero e o gênero constrói a política. A política só constitui um dos domínios onde o gênero pode ser utilizado para análise histórica. Eu escolhi por duas razões os exemplos seguintes ligados á política e ao poder no

seu sentido mais tradicional, isto é, no que diz respeito ao governo e ao Estado nação. Primeiro, porque se trata de um território praticamente inexplorado, já que o gênero foi percebido como uma categoria antitética aos negócios sérios da verdadeira política. Depois, porque a história política – que ainda é o modo dominante da interrogação histórica – foi o bastião de resistência à inclusão de materiais ou de questões sobre as mulheres e o gênero.

O gênero foi utilizado literalmente ou analogicamente pela teoria política, para justificar ou criticar o reinado de monarcas ou para expressar relações entre governantes e governados. Pode-se esperar que tenha existido debate entre os contemporâneos sobre os reinos de Elizabeth I da Inglaterra ou Catherine de Médices na França em relação à capacidade das mulheres na direção política; mas, numa época em que parentesco e realeza eram intrinsecamente ligados, as discussões sobre os reis machos colocavam igualmente em jogo representações da masculinidade e da feminilidade (48). As analogias com a relação marital constituem uma estrutura para os argumentos de Jean Bodin, Robert Filmer e John Locke. O ataque de Edmund Burke contra a revolução francesa se desenvolve em torno de um contraste entre as harpias feias e matadoras dos "sans culotes" ("as fúrias do inferno sob a forma desnaturada da mais vil das mulheres") e a "Feminilidade Doce" de Marie-Antoinette que escapa a multidão para "procurar refúgio aos pés de um rei e de um marido" e cuja beleza tinha antigamente inspirado o orgulho nacional (referindo-se ao papel apropriado ao feminino na ordem política Burke escreveu: "para que se possa amar a nossa pátria, a nossa pátria tem que ser amáve") (49). Mas a analogia não diz respeito sempre ao casamento, nem mesmo à heterosexualidade. Na teoria política da Idade Média islâmica, o símbolo do poder político faz mais freqüentemente alusão às relações sexuais entre um homem e um menino, sugerindo não só a existência de formas de sexualidade aceitáveis comparáveis aquelas que Foucault descreve (em seu último livro a respeito da Grécia Clássica), mas também, a irrelevância das mulheres com qualquer noção de política e de vida pública (50).

Para que esta última reflexão não seja interpretada como a idéia de que a teoria política reflete simplesmente a organização social, parece importante ressaltar que a mudança nas relações de gênero pode acontecer a

partir de considerações sobre as necessidades do estado. Um exemplo importante é fornecido pela argumentação de Louis de Bonaud em 1816, sobre as razões pelas quais a legislação da Revolução Francesa sobre o divórcio devia ser revogada:

> Da mesma forma que a democracia política "permite ao povo, parte fraca da sociedade política, se rebelar contra o poder estabelecido", da mesma forma o divórcio "verdadeira democracia doméstica", permite à esposa, "parte mais fraca, se rebelar contra a autoridade do marido"... "a fim de manter o Estado fora do alcance do povo, é necessário manter a família fora do alcance das esposas e das crianças" (51).

Bonaud começa com uma analogia para estabelecer em seguida uma correspondência direta entre o divórcio e a democracia. Retomando argumentos bem mais antigos a respeito da boa ordem familiar com fundamento da boa ordem do estado, a legislação que estabeleceu essa posição, redefiniu os limites da relação marital. Da mesma forma, na nossa época, os ideólogos políticos conservadores gostariam de fazer passar toda uma série de leis sobre a organização e o comportamento da família, que modificariam as práticas atuais. A ligação entre os regimes autoritários e o controle das mulheres tem sido bem observada mas não foi estudada a fundo. Num momento crítico para a hegemonia jacobina durante a Revolução Francesa, na hora em que Stalin tomou o controle da autoridade, na época da operacionalização da política nazista na Alemanha ou do triunfo aiatolá Khomeiny no Irã, em todas essas circunstâncias, os dirigentes que se afirmavam, legitimavam a dominação, a força, a autoridade central e o poder soberano identificando-os ao masculino (os inimigos, os "outsiders", os subversivos e a fraqueza eram identificados ao feminino), e traduziram literalmente esse código em leis que colocam as mulheres no seu lugar "proibindo sua participação na vida política, tornando o aborto ilegal, proibindo o trabalho assalariado das mães, impondo códigos de vestuário às mulheres" (52). Essas ações e a sua programação tem pouco sentido em si mesmas. Na maioria dos casos, o estado não tinha nada de imediato ou nada material a ganhar com o controle das mulheres. Essas ações só podem adquirir um sentido se elas são integradas a uma análise da construção e da consolidação

de um poder. Uma afirmação de controle ou de força tomou a forma de uma política sobre as mulheres. Nesses exemplos, a diferença sexual tem sido concebida em termos de dominação e de controle das mulheres. Eles podem nos dar idéias sobre os diversos tipos de relações de poder que se constroem na história moderna, mas essa relação particular não constitui um tema político universal. Segundo modos diferentes, por exemplo, o regime democrático do Século XX tem igualmente construído as suas ideologias políticas a partir de conceitos de gênero que se traduziram em políticas concretas; o Estado Providência, por exemplo, demonstrou seu paternalismo protetor através de leis dirigidas às mulheres e às crianças (53). Ao longo da história, alguns movimentos socialistas ou anarquistas recusaram completamente as metáforas de dominação, apresentando de forma imaginativa as suas críticas aos regimes e organizações sociais particulares em termos de transformação de identidade de gênero. Os socialistas utópicos na França e na Inglaterra nos anos de 1830 e 1840 conceberam sonhos de um futuro harmonioso em termos de naturezas complementares de indivíduos, ilustrados pela união do homem e da mulher "o indivíduo social" (54). Os anarquistas europeus eram conhecidos desde muito tempo pela sua recusa das convenções como o casamento burguês, mas também pelas suas visões de um mundo no qual as diferenças sexuais não implicariam em hierarquia.

Trata-se de exemplos de ligações explícitas entre o gênero e o poder, mas elas só são uma parte da minha definição de gênero como um modo primeiro de significar as relações de poder. Freqüentemente, a ênfase colocada sobre o gênero não é explícita, mas constitui, no entanto, uma dimensão decisiva da organização, da igualdade e desigualdade. As estruturas hierárquicas baseiam-se em compreensões generalizadas da relação pretensamente natural entre o masculino e o feminino. A articulação do conceito de classe no século XIX baseava-se no gênero. Quando, por exemplo, na França os reformadores burgueses descreviam os operários em termos codificados como femininos (subordinados, fracos, sexualmente explorados como as prostitutas), os dirigentes operários e socialistas respondiam insistindo na posição masculina da classe operária (produtores fortes, protetores das mulheres e das crianças). Os termos desse discurso não diziam respeito

explicitamente ao gênero, mas eram reforçados na medida em que se referenciavam a ele. A codificação de gênero de certos termos estabelecia e “naturalizava” seus significados. Nesse processo, as definições normativas do gênero historicamente situadas (e tomadas como dados) se reproduziram e se integraram na cultura da classe operária francesa (55).

Os temas da guerra, da diplomacia e da alta política aparecem freqüentemente quando os(as) historiadores(as) da história política tradicional colocam em questão a utilidade do gênero para o seu trabalho. Mas lá também temos que olhar além dos atores e do valor literal das suas palavras. As relações de poder entre as nações e o estatuto dos súditos coloniais se tornaram compreensíveis (e, portanto, legítimos) em termos de relações entre masculino e feminino, a legitimação da guerra – sacrificar vidas de jovens para proteger o estado – tomou formas diversificadas, desde o apelo explícito à virilidade (a necessidade de defender as mulheres e as crianças, que de outra forma seriam vulneráveis) até a crença no dever de que teriam os filhos que servir aos seus dirigentes ou rei (seu pai), e até associações entre masculinidade e potência nacional (56). A alta política, ela mesma, é um conceito de gênero porque estabelece a sua importância decisiva de seu poder público, as razões de ser e a realidade da existência da sua autoridade superior, precisamente graças à exclusão das mulheres do seu funcionamento. O gênero é uma das referências recorrentes pelas quais o poder político foi concebido, legitimado e criticado. Ele se refere à oposição masculino/feminino e fundamenta ao mesmo tempo seu sentido. Para reivindicar o poder político, a referência tem que parecer segura e fixa fora de qualquer construção humana, fazendo parte da ordem natural ou divina. Desta forma, a oposição binária e o processo social das relações de gênero tornam-se, os dois, parte do sentido do poder, ele mesmo. Colocar em questão ou mudar um aspecto ameaça o sistema por inteiro.

Se as significações de gênero e de poder se constroem reciprocamente, como é que as coisas mudam? De um pondo de vista geral responde-se que a mudança pode ter várias origens, transtornos políticos de massa que coloquem as ordens antigas em causa engendrem novas, podem revisar os termos (e, portanto, a organização) do gênero na sua procura de

novas formas de legitimação. Mas eles podem não fazê-lo; noções antigas de gênero serviram igualmente para validar novos regimes (57). Crises demográficas causadas pela fome, pestes ou guerras, colocaram, às vezes, em questão as visões normativas do casamento heterossexual (quando foi o caso em certos meios de certos países no decorrer dos anos 20); mas também, provocaram políticas natalistas que insistiram na importância exclusiva das funções maternas e reprodutivas das mulheres (58). A transformação das estruturas de emprego pode modificar as estratégias de casamento. Ela pode oferecer novas possibilidades para a construção da subjetividade, mas elas podem também ser vividas como novo espaço de atividade para as filhas e as esposas obedientes (59). A emergência de novos tipos de símbolos culturais pode tornar possível a reinterpretação ou mesmo a reescritura da história Edipiana, mas ela pode servir para atualizar este drama terrível em termos ainda mais eloqüentes. São os processos políticos que vão determinar o resultado de quem vencerá – político no sentido de que vários atores e várias significações se enfrentam para conseguir o controle. A natureza desse processo, dos atores e das ações, só pode ser determinada especificamente se situada no espaço e no tempo. Só podemos escrever a história desse processo se reconhecermos que "homem" e "mulher" são ao mesmo tempo categorias vazias e transbordantes; vazias porque elas não tem nenhum significado definitivo e transcendente; transbordantes porque mesmo quando parecem fixadas, elas contém ainda dentro delas definições alternativas negadas ou reprimidas.

Em certo sentido a história política foi encenada no terreno do gênero. É um terreno que parece fixado, mas cujo sentido é contestado e flutuante. Se tratamos da oposição entre masculino e feminino como sendo mais problemática do que conhecida, como alguma coisa que é definida e constantemente construída num contexto concreto, temos então que perguntar não só o que é que está em jogo nas proclamações ou nos debates que invocam o gênero para justificar ou explicar suas posições, mas também como percepções implícitas de gênero são invocadas ou reativadas. Qual é a relação entre as leis sobre as mulheres e o poder do Estado? Por que (e desde quando) as mulheres são invisíveis como sujeitos históricos, quando sabemos

que elas participaram dos grandes e pequenos eventos da história humana? O gênero legitimou a emergência de carreiras profissionais? (60) Para citar o título de um artigo recente da feminista francesa Luce Irigaray, o sujeito da ciência é sexuado? (61) Qual é a relação entre a política do Estado e da descoberta do crime de homossexualidade? (62) Como as instituições sociais têm incorporado o gênero nos seus pressupostos e na sua organização? Já ouve conceitos de gênero realmente igualitários sobre os quais foram projetados ou mesmo baseados sistemas políticos?

A exploração dessas perguntas fará emergir uma história que oferecerá novas perspectivas a velhas questões (como por exemplo, é imposto o poder político, qual é o impacto da guerra sobre a sociedade), redefinirá as antigas questões em termos novos (introduzindo, por exemplo, considerações sobre a família e a sexualidade no estudo da economia e da guerra), tornará as mulheres visíveis como participantes ativas e estabelecerá uma distância analítica entre a linguagem aparentemente fixada do passado e nossa própria terminologia. Além do mais, essa nova história abrirá possibilidades para a reflexão sobre as estratégias políticas feministas atuais e o futuro (utópico), porque ela sugere que o gênero tem que ser redefinido e reestruturado em conjunção com a visão de igualdade política e social que inclui não só o sexo, mas também a classe e a raça.

NOTAS

1. Oxford English Dictionary, Ed. 1961, vol.4.
2. E. Littré, Dictionaire de langue française, Paris 1876.
3. Raymond Williams, Keywords, New York 1983, p. 285.
4. Natalie Zermon Davis, “Women’es History in Transition: The European Case”, Feminist Studies, 3 (Winter 1975-76), p.90.
5. Ann D. Gordon, Mari Jo Buhle et Nancy Shrom Dye, “The Problem of Women’s History, Urbanna I11, p.89.
6. O melhor exemplo e o mais sutil é fornecido pelo artigo de Joan Kelly, “The Doubled Visiono f Feminist Theory “no seu livro Women, History, and Theory, Chicago, 1984, p.51-64 e em particular p.61.
7. Para um exame crítico das obras recentes sobre a História das Mulheres, v. Joan W. Scott, “Women’s History: The Modern Period”, Past and Present, 101 (1983), p. 141-57.

8. Para uma argumentação contra a utilização do gênero para sublinhar o aspecto social da diferença sexual, v. Moira Gatens.
9. Para uma abordagem um pouco diferente da análise feminista, v. Linda J. Nicholson.
10. Mary O'Brien, The Politics of Reproduction, London 1981, p. 8-15, 46
11. Shulamith Firestone, The Dialectic of Sex, New York, 1970. A expressão "amarga armadilha" (bitter trap) pretence a O'Brien, The Politics of Reproduction, p.8.
12. Catherine Mckinnon, "Feminist, Marxism, Method and the State: An Agenda for Theory", Signs, 7 (Spring 1982), p.515, 541.
13. Ibid., p. 541, 543.
14. Para uma discussão interessante sobre a força e os limites do termo "patriarcado", v. o debate entre Sheila Rowbothan, Sally Alexander and Barbara Taylor in Raphael Samuel Ed.
15. Friedrich Engels, The Origins of the Family, Private Property and the State, 1884(nouv. Ed. New York 1972).
16. Heidi Hartmann, "Capitalism, Patriarchy and Job Segregation by Sex", Signs, 1 (Spring 1976), p. 168. Voir aussi, "The Unhappy marriage of Marxism and Feminism: Towards a More Progressive Union", Capital and Class, 8 (Summer 1979), p. 1-33; "The Family as the Locus of Gender, Class and Political Struggle: the Example of Housework", Signs, 6 (Spring 1981), p. 366-94.
17. A respeito do debate do feminism marxista: Zilah Eisenstein p. 241-58; ver também o debate sobre o trabalho de Humphries in Review of Radical Political Economics, 13 (versão 1980) p. 76-94.
18. Kelly. "Doubled Visiono f Feminist Theory" p.61.
19. Ann Snitow, Christine Stansell and Sheron Thompson eds, Powers of Desire, the Politics of Sexuality, New York 1983.
20. Ellen Ross et Rayna Rapp, "Sex and Society: A Research Note from Social History and Antropology", in Powers of Desire, p.53.
21. Introduction. Powers of Desire, p. 12; aussi Jessica Benjamin, "Master and Slave – The Fantasy of Erotic Domination", Powers of Desire, p. 297.
22. Johanna Brenner et Maria Ramas, "Rethinking Women's oppression", New Left Review, 144 (March-April 1984), p. 33-71; Michelle Barret, "Rethinking Women's Oppression: A Reply to Brenner and Ramas, New Left Review, 146 (July-August 1984), p.123-28; Angela Weir et Elisabeth Wilson, "The British Women Movement", new Left Review, 148 (November-December 1984), p.74-103; Michelle Barret, "A Response to Weir and Wilson" New Left Rewie, 150 (March-April 1985), p. 143-47. Jane Lewis, The Debats on Sex and Class", New Left Review, 149

(January-February 1985), p.108-120; Voir aussi Hugh Armstrong et Pat Armstrong, “Beyond Sexless Class and Classless Sex”, Studies in political Economy, 10 (Winter 1983), p, 7-44; Hugh Armstrong et Pat Armstrong, “Comments: More on Marxist feminism”, Studies in Political Economy, 15 (Fall 1984), p. 179-84 et Jane Jenson, “Gender and reproduction; or Babies and the state”, article unpublished, June 1985, p.1-7.

23. Para formulações teóricas anteriores, ver Papers on Patriarchy: Conference. London, 1976. Sou grata a Jane Kaplan que me indicou esta publicação e que aceitou compartilhar comigo seu exemplar e suas idéias. Para a posição psicanalítica ver Sally Alexander, “Women, class and sexual difference” History Workshop 17 (Spring 1984) p. 125-35. No decorrer dos seminaries da Universidade de Princeton, no início de 1986. Juliet Mitchell parecia voltar a das a prioridade à análise materialista do gênero. Para uma tentativa de ir além do impasse feminista marxista, ver Coward, Patriachal Precedents. Ver também a tentativa americana brilhante iniciada nesta direção por Gayle Rubin in “The Traffic in Women” Notes on the “political Economy” of sex “in Rayner R. Reiter ed. Towards an Anthropology of Women”, New York, 1975, p. 167-8.

24. Nancy Chodorow. The Reproduction of Mothering: Psichoanalysis and the Sociology of Gender, Berkeley, Calif. 1978, p. 169.

25. “Minha exposição sugere que estes problemas, relativos ao gênero, podem ser influenciados durante o período do complexo edipiano, mas não são unicamente o que está em jogo ou o desfecho deste. A negociação destes problemas ocorre num contexto que implica em relações de objeto e de construções do “eu” mais amplas. Estes processos mais amplos têm uma influência igual sobre a formação da estrutura psíquica e sobre a vida psíquica e os modos das relações nos homens e nas mulheres. São responsáveis pelos modos diferenciais de identificação e de problemas edipianos mais assimétricos descritos pelos psicanalistas. Estes desfechos, bem como os desfechos edipianos, provêm da organização assimétrica das tarefas parentais, na qual a mãe tem o papel de parente principal e o pai situa-se a uma distância significativa e investe-se na socialização, particularmente, em áreas ligadas aos papéis de gênero tipificados”. Chodorow, The Reproduction of Mothering, 166. É importante notar que entre Chodorow e as teóricas britânicas da teoria das relações de objeto que seguem o trabalho de Winicott e Melanie Klein, há diferenças de interpretação e de abordagem. O trabalho de Chodorow seria melhor definido como uma teoria mais sociológica e mais socializada, mas ele constitui o ponto de vista dominante, através do qual a teoria das relações de objeto foi abordada pelas feministas americanas. A respeito da história da teoria das relações de objeto nas suas relações com a política social, ver Denise Riley...

26. Juliet Mitchell et Jacqueline Rose eds., Jacques Lacan and the Ecole Freudienne, London 1983; Alexander, “Women, Class and Sexual Difference”.

27. Teresa de Lauretis, Alice Doesn’t Feminist Semiotics, Cinema, Bloomington, Ind. 1984, p.159.

28. Alexander, “Women, Class and Sexual Difference”, p. 135.

29. Denise Riley, “Summary of Preamble to Interwar Feminist History /work”, artigo inédito apresentado no seminário do Pembroke Center, Maio de 1985. P. 11.

30. Carol Gilligan In a Different Voice: Psychological Theory and Women’s Development, Cambridge, Mass. 1982.

31. As críticas do livro de Gilligan são: J. Awerbach et al. “Comentary an Gilligans. In a Different Voice”, Feminist Studies”, (Spring 1985), e “Women and Morality”, número especial de Social Research, 50 (1983). Meus comentários sobre a tendência dos(as) historiadores(as) em citar Gilligan, vêm das minhas leituras de trabalho inéditos e de propostas de subvenção que parece injusto citar aqui. Há cinco anos que eu acompanho este tipo de referência e elas me parecem cada vez mais numerosas.

32. Feminist Studies, 6 (Spring 1980), p.26-64.

33. Falando de “desconstrução”, queria apelar para a formulação de Derrida que, sem inventar o processo de análise que ela descreve, apresenta a vantagem de teorizar e, portanto, pode constituir um método útil. Para uma discussão sucinta e acessível de Derrida, ver Jonnathan Culler, on Desconstruction: Theory and Criticism after Structuralism, Ithaca, New York, 1982, em particular p. 156-79. Ver também Jacques Derrida, On Grammatology, Baltimore 1976. Jacques Derrida, Sours, Chicago, 1979 e uma transcrição do seminário de Pembroke Center, 1983 Subjetcs/objetics, automne, 1984.

34. Clifford Geertz. “Blurred Genders”, American Scholar, 49 (October 1980), p. 165-79.

35. Michele Zimbalist Rosaldo, “The uses and abuses of Anthropology: Reflections on Feminism and Cross-Cultural Understanding”, Signs, 5 (Spring 1980), p. 400.

36. Michel Foucault, The History of Sexuality, vol I, An Introduction, New York 1980; Michel Foucault, Power/Knowledge: Selected Interviews and other Writings, 1972-77.

37. A respeito deste ponto, ver Gayle Rubin, “The Traffic in Women”, p. 199.

38. Rubin, “The Traffic in Women”, p. 189.

39. Biddy Martin, “Feminism, Criticism and Foucault”, New German Critique, 27 (fall 1982), p. 3-3-; Kathryn Kish Sklar, Catherine Beecher: A Study in America Domesticity, New Haven, Conn. 1973; Mary A. Hill, Cherlotte Perkins Gilman: The Making of a Radical Feminist, 1860-1896, Philadelphia 1980.

40. Lou Ratté, “Gender Ambivalence in the Indian Nationalist Movement”, article inédit, Seminaire Pembroke Center, Spring 1983 et Mrinalini Sinha, “Manliness: A Victorian Ideal and British Imperial Elite in India”, article inédit, Departament d’Histoire, State University of New York, stony Brook, 1984.

41. Pierre Bourdieu, La sens pratique. Paris 1980, p. 246-47, 333-461 et en particulier p. 366.

42. Maurice Godelier, “The Origins of Male Domination”, New Left Review, 127 (May – June, 1981) p. 17 Artigo publicado na França sob o título: “Les Rapports Hommes/femmes: le problem de la domination masculine:, in La Condition Feminina, obra coletiva sob a direção do CERM, Ed. Sociales, Paris, 1978.

43. Gayatri Chakravorty Spivak, “Three women’s Texts and a Critique of Imperialism”; Critical Inquiry, 12 (autumn 1985) p. 243-46 – ver também Kate Millett, Sexual Political, New York, 1969 – Luce Iragaray examina as formas como as referências femininas funcionam nos maiores textos da filosofia ocidental em Speculum of the other Woman, Ithaca – NY – 1985.

44. Natalie Zemon Davis, “Women on Toop”, dans son Society in Early Modern France, Stanford, Calif, 1975, p. 124-51.

45. Caroline Walker Bynum. Jesus as Mother: Studies in the Spirituality of the High Middle Ages, Berkeley Calif. 1982; Caroline Walker Bynum, “Feast and Flesh: The Religious Significance of Food to Medieval Women”, Representations 11 (Summer 1985), p. 1-25. Caroline Walker Bynum, “Introduction”, Religion and Gender, Essays on the Complexity of Symbols, à paraitre Beacon Press 1987.

46. Ver, por exemplo, T. J. Clarke…

47. A diferença entre os teóricos estruturalistas e pós-estruturalistas sobre esta questão reside no fato da categoria da diferença ter um estatuto mais ou menos aberto entre eles. Na medida em que os pós-estruturalistas não fixam um sentido universal para as categorias ou para as suas interelações, a sua abordagem parece levar ao tipo de análise histórica que eu defendo.

48. Rachel Weil, “The Crown Has Fallen to the Distaff: Gender and Politics in the Age of Catharine de Medici”, Critical Matrix (Documents de Travail des Études Féminines de Princeton). 6(1985). Voir aussi Louis Montrose, “Shaping Fantasies: Figurations of Gender and Power in

Elisabethan Culture", Representations, 2 (Spring 1983), p.61-94 et Lynn Hunt, "Hercules and the radical Image in the French Revolution". Representations, 2 (Spring 1983), p. 95-117.

49. Edmun Burke, Reflections on the French Revolution, 1892, reed. New York 1909, p.208-209, 214. Voir Jean Bodin, Six Books of the Commonwealth, 1606, reed. New York 1967; Roberty Filmer, Patriarchs and Other political Works, prés. Par Peter Laslett, oxford 1949 et John Locke, Two Treatises of Government, 1690, reed. Cambridge 1970. Voir aussi Elisabeth Fox-Genevese, "Property and Patriarchy in Classical Bourgeois Political Theory", Radical History Review, 4 (Spring-Summer 1977), p.36-59 et Mary Lindon Sanley, "Marriage Contract and Social Contract in Seventheenth Century English Political Thought", Western Political Quarterly, 32 (march 1979), p.79-91.

50. Sou grata a Bernard Lewis pela referência ao Islamismo – Michel Foucault, História da Sexualidade, vol. 2, Lusage dês plaisira, Paris, 1984. Neste tipo de situação há que se perguntar quais são os termos da identidade de gênero e se a teoria freudiana basta para descrever o processo da sua construção – A respeito das mulheres em Atenas no período clássico, ver Marilyn Arthur, "Liberated Woman...

51. Citado por Roderick Phillips...

52. Sobre a Revolução Francesa ver Darlene Gray Levy, Harriet Applewhite e Mary Johnson eds. Women in Revolutionary Paris 1789 – 1795, Urbana, III, 1979 – 209-20, sobre a legislação soviética, ver os documentos in Rudolph...

53. Elisabeth Wilson, Women and the Welfare State, London 1977: Jane Jenson, "Gender and England 1900-1939. Montreal 1980: Mary Lynn McDougal, "Protecting Infants: The French Campaigns for Maternity Leaves, 1890-1913", French Historical Studies, 13 (1983), p. 79-105

54. Sobre os socialistas utópicos Ingleses, ver Barbara Taylor, Eve and the New Jerusalém, NY, 1983, para a França, Joan W. Scott, "Men and Woman...

55. Louis Devance, "Femme, famille, travail et morale sexuelle dans Ideologie de 1848", in Mythes et representation de la femme au XIX e siecle, Paris 1976: Jacques Ranciere et Pierre Vauday, "En allant à 1 'expo: 1'ouvrier, sa femme et les machines", Les Révoltes Logiques, 1 (Hiver 1975), p. 5-22.

56. Australian war memorials, comunicação inédita apresentada na Conferência de Bellágio sobre Genre, Technologie et Education, octobre, 1985.

57. Sobre a Revolução Francesa ver Levy, Women in Revolutionary Paris; sobre a Revolução Americana ver Mary Beth Norton, Liberty's a Daughters: The Revolutionary Experience of American Women, Boston

p. 383-446. Sobre a Terceira República na França ver Steven Hause, Women's Suffrage and Social Politics in the French Third Republic, Princeton, N.J – 1984 – Um tratamento muito interessante de um caso recente é o artigo de Maxime Molyneux "Mobilization Without Emancipation? Womens Interest the state and Revolution in Nicarágua". Feminist Studies. (Summer 1985) p. 22-54.

58. Sobre o natalismo ver Riley.war in the Nursery e Jenson "gender and Reproduction". Sobre os anos 1920, ver os ensaios in Stratégies des femmes, Paris, 1984.

59. Para diversas interpretações do impacto do trabalho moderno sobre as mulheres ver Louise A. Tilly e Joan W. Scott, Women, Work and Family...

60. Ver, por exemplo, Margaret Rossiter...

61. Luce Irigaray, "Is the Subject of Science Sexed?", Cultural Critique 1 (Fall 1985), p. 73-88.

62. …Berkeley Calif 1985. Esta questão é abordada por Jeffrey Weeks…